**REQUERIMENTO Nº\_\_\_\_\_/2019**

**REQUEIRO À MESA,** ouvido o Egrégio Plenário na forma regimental, digne-se oficiar a **Exma. Srª Prefeita Municipal**, para que através do órgão competente informe a esta Casa Legislativa se há o planejamento de se desenvolver alguma ação ou atividade educativa relacionada ao Dia Internacional contra a Homofobia, a ser celebrado no dia 17/05?

**JUSTIFICATIVA**

O dia 17 de maio, data em que, no ano de 1990, a Organização Mundial da Saúde (OMS) retirou a homossexualidade da Classificação Internacional de Doenças, é conhecido atualmente como o Dia Internacional contra a Homofobia e a Transfobia. No entanto, apesar de tais conquistas, atitudes homofóbicas e transfóbicas estão profundamente arraigadas em nossa sociedade, expondo lésbicas, gays, bissexuais, pessoas trans e intersex (LGBTI) de todas as idades a violações aos direitos humanos.

No Brasil, em 04 de junho de 2010, por meio do Decreto do Presidente da República, o Dia Nacional de Combate à Homofobia foi oficialmente instituído. O presente vereador enviou, ainda no dia 03/04 deste ano, um Projeto de Lei visando instituir o dia de luta e conscientização contra a LGBTfobia no Município de Tatuí. O projeto se encontra, atualemte, tramitando por esta Casa de Leis.

Sobre a crescente de violência relacionada a casos de homofobia no Brasil, tem-se que a maior parte das denúncias é proveniente do Estado de São Paulo:

*De acordo com a Secretaria Especial de Direitos Humanos, o Disque 100 – canal de denúncias sobre violação de direitos humanos – recebeu, em 2015, 1.983 ligações relacionadas à população LGBT. O número representa um aumento de 18,56% em relação ao ano anterior.*

*A maior parte das denúncias é proveniente dos estados da região Sudeste: São Paulo (238), Rio de Janeiro (110) e Minas Gerais (80) lideram quantitativamente. No entanto, considerando-se o número de habitantes, o maior número de denúncias de violação de direitos humanos contra população LGBT se concentra no Distrito Federal, Paraíba e Rio Grande do Norte.*

*Quanto ao tipo de violação relatada pelo público LGBT, a maior parte das denúncias registradas em 2015 está relacionada a discriminação (838), violência psicológica (783) e violência física (342).[[1]](#footnote-1)* (grifos nossos).

É de se destacar ainda que o Brasil recebeu mais de 240 recomendações de Estados-membros das Nações Unidas para melhorar a situação dos direitos humanos no país, como podemos conferir no [relatório divulgado na última terça-feira dia 09 de maio de 2017,](https://nacoesunidas.org/revisao-periodica-universal-brasil-recebe-mais-de-240-recomendacoes-de-direitos-humanos-na-onu/) pelo Conselho de Direitos Humanos da ONU em Genebra, na Suíça.

Em especial sobre a questão LGBTI, encontramos as seguintes recomendações direcionadas ao Brasil:

*(..) a Argentina pediu ao Brasil que adote leis que penalizem a discriminação e a incitação à violência com base na orientação sexual.*

*Honduras fez recomendação semelhante e solicitou ao Estado brasileiro que aprove legislação específica sobre o tema, mas com menção também às violações motivadas pela identidade de gênero das vítimas. Para a delegação hondurenha, novas leis devem estar em acordo com as obrigações internacionais de direitos humanos do Brasil.*

*A Finlândia solicitou que o Brasil continue tomando as medidas necessárias para desenvolver leis e políticas nos níveis federal, estadual e municipal com o intuito de punir e prevenir os crimes de ódio e a*[*discriminação contra a população LGBTI*](https://nacoesunidas.org/tem-gente-que-sofre-discriminacao-todos-os-dias-e-se-fosse-com-voce/)*.*

*Na mesma linha, o Canadá pediu ao país que garanta que todos os crimes de ódio contra pessoas LGBTI sejam cuidadosamente investigados e passem pelos processos legais. Além disso, o Estado canadense recomendou que o Brasil inclua no currículo escolar o ensino de direitos humanos.*

*A Suécia recomendou a criação de um sistema de notificação dos crimes de transfobia e homofobia. O registro de violações também foi tema dos apelos de Israel, que cobrou melhoras no atual cenário de subnotificação dos casos de violência e discriminação contra pessoas LGBTI. O Estado israelense também solicitou* ***a criação de políticas a nível municipal*** *pela garantia dos direitos de gays, lésbicas, bissexuais, transgênero e intersex.*

*A Colômbia alertou para atuação das forças de segurança e recomendou ao Brasil que redobre seus esforços de capacitação para prevenir práticas direcionadas a minorias como a população LGBTI.*

*Chile e México também defenderam medidas pelo fim dos crimes cometidos contra os LGBTIs.*

*O primeiro pediu ao Brasil que continue avançando na promoção de leis e políticas para banir a discriminação e a incitação à violência associadas à identidade de gênero e à orientação sexual, com atenção particular para a situação de jovens e adolescentes. Já o segundo cobrou a implementação eficaz de medidas para prevenir, punir e erradicar todas as formas de violência contra LGBTIs.[[2]](#footnote-2)* (Grifos nossos).

Portanto, tendo em vista as informações acima mencionadas, justifica-se o presente requerimento.

**Sala das Sessões “Vereador Rafael Orsi Filho”, 16 de abril de 2019.**

**EDUARDO DADE SALLUM  
Vereador**

1. http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/homofobia-ja-fez-quase-150-vitimas-no-pais-em-2016/ [↑](#footnote-ref-1)
2. https://nacoesunidas.org/brasil-recebe-centenas-de-recomendacoes-para-combater-violacoes-aos-direitos-humanos/ [↑](#footnote-ref-2)